

O comércio exterior brasileiro e a conjuntura internacional

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

As exportações brasileiras somaram US\$ 87,3 bilhões nos sete primeiros meses de 2007, o que representou aumento de 16,9% em relação a igual período do ano passado, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Pelo lado das importações, verificou-se acréscimo de 27,9%, com as compras externas alcançando US\$ 63,4 bilhões, o que resultou em um superávit de US\$ 24,0 bilhões, próximo do saldo de US\$ 25,2 bilhões registrado no acumulado de janeiro a julho de 2006.

Não obstante a continuidade dos bons resultados, uma análise pormenorizada do desempenho recente das exportações e importações permite identificar algumas fragilidades no movimento expansionista do comércio exterior, colocando dúvidas quanto à duração do ciclo virtuoso, iniciado há aproximadamente quatro anos. Em razão dos riscos de desaceleração da economia mundial, originados na crise do mercado *subprime* norte-americano, tais questionamentos tornam-se ainda mais pertinentes, ampliando a necessidade da discussão de ações para a manutenção do dinamismo exportador, mesmo em um contexto internacional não tão favorável.

Primeiramente, é de conhecimento geral que os preços internacionais vêm contribuindo de forma significativa para a elevação das exportações, muito mais do que para o crescimento das importações. Segundo dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o índice de preço das exportações nacionais avançou 61,1% de dezembro de 2002 a junho de 2007, enquanto o índice relativo às importações cresceu 41,8%, o que pode ser explicado pela maior participação das *commodities*, produtos cujas cotações subiram expressivamente nos últimos anos, na pauta das vendas ao exterior, em comparação com o peso relativo desses mesmos bens nas aquisições externas.

Em um quadro de cotações estáveis no período de dezembro de 2002 a junho de 2007, isto é, sem variações nos preços em dólar das mercadorias exportadas e importadas, as vendas externas nacionais totalizariam US\$ 47,0 bilhões no primeiro semestre do presente exercício, ao passo que as compras provenientes do exterior somariam US\$ 38,7 bilhões, levando a um superávit de US\$ 8,3 bilhões, muito abaixo do saldo de US\$ 20,6 bilhões realmente registrado. Portanto, a permanência dos notáveis superávits comerciais e, conseqüentemente, das

condições favoráveis do balanço de pagamentos, pode ser atribuída sobretudo à propícia conjuntura internacional, principalmente a partir do final de 2005, quando os preços passaram a ser preponderantes na determinação da evolução das receitas geradas pelas exportações, segundo o critério da variação no acumulado de doze meses (gráfico 1).

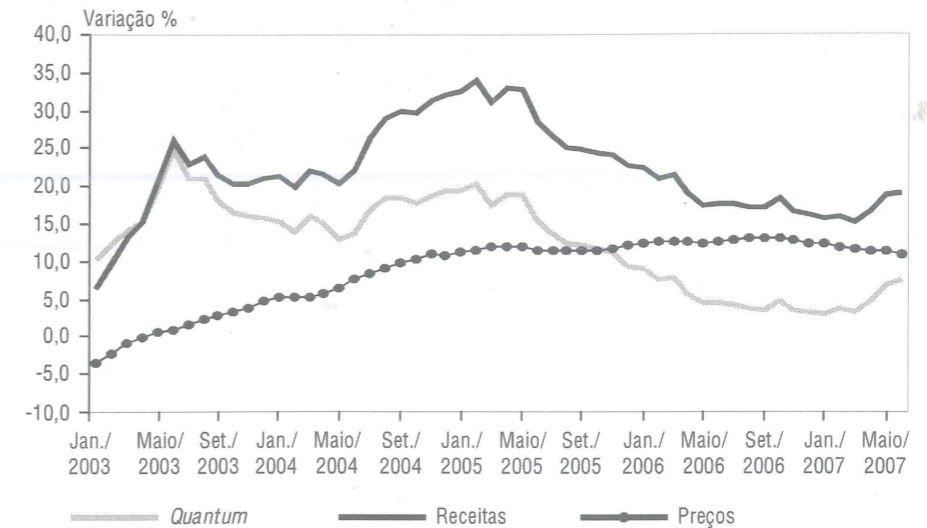
Antes disso, as vendas externas vinham sendo impulsionadas principalmente pelas quantidades exportadas, configurando-se em um padrão de crescimento com maiores ganhos econômicos, em função dos relevantes impactos positivos sobre o produto real, refletindo um diferencial capaz de assegurar aumento das receitas das exportações em um contexto de estabilidade, ou até mesmo de queda, dos preços internacionais. Como se sabe, tal diferencial refere-se à taxa de câmbio, cujo ajuste realizado em 1999 conferiu maior competitividade ao setor exportador, possibilitando aumentos consideráveis das quantidades comercializadas no mercado internacional.

No período 2000-2005, as taxas anuais de crescimento do *quantum* exportado suplantaram 8,5%, com pico de 19,2% em 2004, não havendo dúvida quanto à correlação entre os bons resultados e as desvalorizações da moeda nacional, considerando, evidentemente, as defasagens naturais dos processos de ajuste cambial (gráfico 2). Ademais, à exceção de 2000, a variação das quantidades exportadas pelo País superou a média mundial, o que ressalta o papel fundamental do câmbio nos ganhos de mercado, compensando eventuais desvantagens em termos de produtividade.

Já em 2006, por conta da marcante trajetória de apreciação do real, iniciada cerca de um ano antes, o *quantum* das exportações brasileiras cresceu abaixo da média global, atingindo variação de apenas 3,3%. Não por acaso, os bens básicos e semimanufaturados registraram aumentos de 6,0% e 3,5%, respectivamente, ficando acima da variação de 2,1% relativa às quantidades de produtos manufaturados destinados ao exterior.

* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

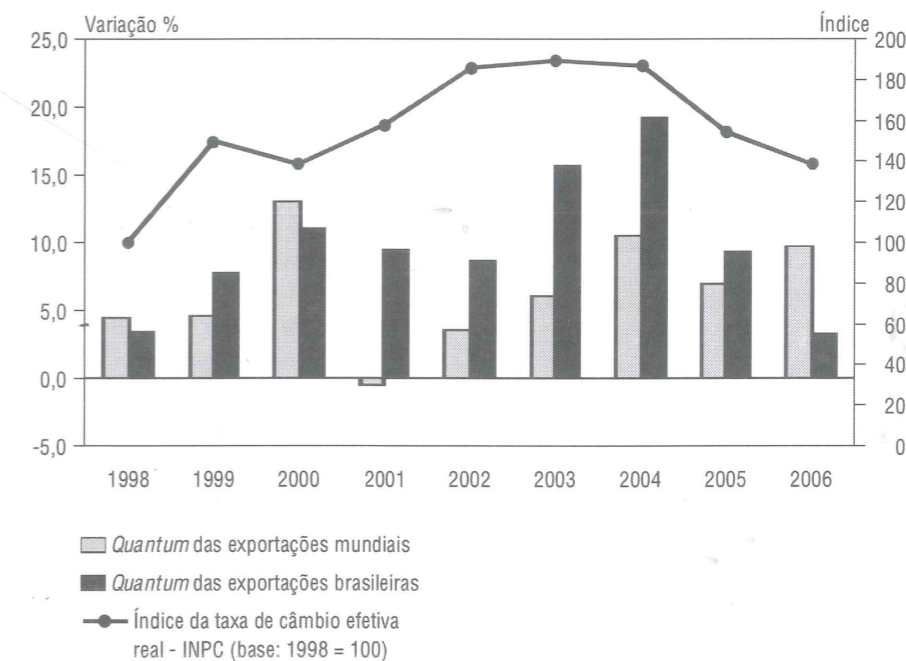
GRÁFICO 1 - VARIACÃO DAS QUANTIDADES, PREÇOS E RECEITAS DAS EXPORTAÇÕES NO ACUMULADO DE DOZE MESES - BRASIL - JAN 2003 - JUN 2007



FONTE: FUNCEX

NOTA: Variação no acumulado de doze meses, em relação aos doze meses anteriores.

GRÁFICO 2 - QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E MUNDIAIS E ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL - 1998-2006



FONTES: FMI, FUNCEX, BANCO CENTRAL

Em avaliações particulares de cada mercado, comprova-se que, em grande parte dos casos, a valorização cambial afetou preponderantemente as exportações de produtos de maior valor adicionado, caracterizados pela pequena oscilação dos preços. Tanto é assim que as quantidades de mercadorias manufaturadas destinadas aos Estados Unidos, China, México, Chile e Japão anotaram variações negativas em 2006 (tabela 1), contrapondo-se às taxas positivas registradas pelos produtos básicos e semimanufaturados, nos quais se destacam os bens agropecuários e minerais, assim como os seus derivados.

Por isso, sem deixar de reconhecer os benefícios proporcionados pela apreciação do real, como a redução da inflação, são prementes mudanças na política cambial. Sem alterações, é possível prever, entre outros, a continuidade da tendência descendente do peso relativo do País no valor adicionado da indústria mundial, que atingiu 2,5% no ano de 2005, segundo estatísticas do Banco Mundial, abaixo dos resultados contabilizados em 1985 e 1995, quando o setor manufatureiro nacional respondeu por participações de 3,4% e 2,9%, respectivamente, na renda gerada pela indústria em nível global.

TABELA 1 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL E VARIAÇÃO DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - BRASIL - 2006

MERCADO	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL EM 2006 (base: 2004 = 100) ⁽¹⁾	VARIAÇÃO DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES EM 2006 (%)	
		Básicos e Semimanufaturados	Manufaturados
Estados Unidos	72,9	8,1	-6,9
Argentina	79,7	6,7	4,5
China	73,2	22,6	-27,8
Holanda	70,9	-8,1	28,6
Alemanha	71,5	3,7	6,4
México	62,3	7,5	-2,7
Chile	82,0	28,5	-17,6
Japão	63,9	0,6	-9,1

FONTES: IPARDES, BANCO CENTRAL, FMI, IBGE, FUNCEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Com base nos índices de preços ao consumidor dos respectivos países.

Brasil: requisitos ao crescimento sustentado

Gilmar Mendes Lourenço*

Parece correta a interpretação de que a orientação macroeconômica, prevaiente no Brasil a partir de julho de 1994, venceu a batalha contra a hiperinflação indexada e inercial que interferia, defensiva e ofensivamente, nas decisões dos agentes sociais da nação, desde a eclosão do segundo choque do petróleo e a explosão dos juros internacionais em setembro de 1979.

É também inegável o delineamento de um novo, ainda que moderado, patamar de crescimento econômico para o País, desprovido de latentes pressões inflacionárias pelo lado da demanda. Tal fato pode ser atribuído à combinação virtuosa entre permanente estabilidade de preços, consistência na produção de superávits fiscais primários e no balanço de pagamentos, e conseqüente redução da vulnerabilidade externa, com expressiva impulsão do estoque de reservas internacionais, próximo do montante da dívida. Ressalte-se que, de acordo com estimativas do Banco Central, a acumulação de divisas estrangeiras teria custado ao Tesouro Nacional R\$ 32,6 bilhões nos últimos três anos.

Ainda no campo da demanda, a proliferação de reajustes salariais acima da inflação pretérita, capitaneados pelo mínimo, e a variação do crédito real ao setor privado não constituem focos de inflação, por traduzirem fenômenos de recomposição de níveis comprimidos durante os períodos de crise superinflacionária do decênio dos 1980 e do começo dos anos 1990.

De acordo com o Banco Central (BC), o estoque de financiamentos concedidos pelos bancos alcançou 34,0% do Produto Interno Bruto (PIB) em julho de 2007, e as taxas de juros médias situaram-se em 49,0% a.a. para as pessoas físicas e 24,0% a.a. para as empresas, as menores desde julho de 1994.

Já pela vertente da oferta, a maior velocidade de crescimento da produção e das importações de bens de capital, 16,0% e 30,0%, respectivamente, nos primeiros seis meses de 2007, em confronto com o mesmo período de 2006, confirma a renovação da curva da demanda de investimento. A marca fora da linha repousa nos segmentos de bens intermediários (cuja produção variou 4,0% entre janeiro e junho de 2007 para média de 4,8% da indústria) e de infra-estrutura, sabidamente mais exigentes em volume de investimentos e na definição das regras claras para a operação dos mercados, além de exibir projetos com retorno temporal mais defasado.

Soa pertinente a identificação de vínculos entre a recuperação dos níveis de atividade e a criação de

ocupações formais (de reduzida remuneração e acen-tuada jornada e rotatividade), os acréscimos reais do salário mínimo (quase 100,0% entre 1995 e 2006) e a diminuição da desigualdade de renda e dos níveis de pobreza, resultante, em grande medida, da implantação de iniciativas sociais diretas, cobertas financeiramente pelo governo federal, capitaneadas pelo programa Bolsa Família.

Essa articulação positiva ocorreu em meio a cenários pró-cíclicos exógenos e endógenos. No plano externo, figura a intensa expansão do comércio, da liquidez e das relações de troca das *commodities* e da estabilização dos juros internacionais, inédita nas últimas três décadas e meia.

No palco interno, surge a interferência das alterações estruturais promovidas no aparelho produtivo do País no decênio dos 1990, com ênfase para a abertura comercial e financeira, a redução dos níveis de proteção tarifária e não-tarifária ao parque industrial doméstico, a reestruturação produtiva e gerencial, a desregulamentação, a flexibilização de alguns monopólios, a regulamentação de determinadas concessões públicas, a aceleração das privatizações, a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as rodadas de depreciação do real ocorridas em 1999 e 2002.

No tocante aos mercados financeiros mundiais, os juros básicos dos Estados Unidos encontram-se estáveis, depois de saltarem de 1,0% ao ano, em julho de 2004, para 5,25% a.a. em junho de 2006. Os juros primários da Europa vêm aumentando lentamente desde 2005, atingindo a magnitude atual de 3,75% a.a.

Contudo, tal configuração econômica favorável ainda dista da conformação de uma etapa de superação do subdesenvolvimento secular que assola o tecido social brasileiro, atestada pela sua inserção passiva na divisão internacional do trabalho, induzida pela globalização produtiva e financeira – monitorada por Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e representantes do G-7 –, pelo reduzido nível de criação de progresso técnico, pela diminuta capacidade de geração de emprego e renda, empurrada pela demanda doméstica, e pela heterogeneidade da matriz industrial, dentre outras mazelas.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.